

Apesar de tudo, Tancredo pode manter fórmula

FROTA NETO
da Editoria de Economia

A proposta do professor Lemgruber (de multicapitalização dos juros que se vencem sobre a dívida externa) é boa. Mas a menos que surja um fato novo, o Governo Tancredo Neves manterá a atual e tradicional fórmula de renegociação da dívida. Essa certeza era ontem transmitida por setores bem informados. Com um dado adicional: a oportunidade para renegociar a dívida de modo diferente do atual já passou. E passou duas vezes.

A primeira vez aconteceu quando o Governo Alfonsín, da Argentina, lançou a toalha branca sobre o tablado e rendeu-se às exigências dos bancos credores, via Fundo Monetário Internacional (e a América Latina perdeu a ocasião de ação conjunta). Uma outra oportunidade ocorreu quando a atual rodada de renegociação não foi fechada pelo Governo João Figueire-

do. Se isso tivesse acontecido então o Governo Tancredo Neves teria a oportunidade de reabrir o "dossiê da dívida" e renegociar melhores condições de taxas de juros e taxa de risco (spread). Sobre a questão dos prazos já está tudo acertado.

Esses setores afirmam, porém, que a proposta de Lemgruber deve continuar na linha de horizonte — apontando uma das alternativas futuras com situações de renovação de crédito com que o Governo vai se defrontar: Na realidade a renegociação tradicional (a atual) é considerada como uma variante da fórmula ou das fórmulas de Lemgruber. A questão é que o "tabelamento dos juros" (transformando o excedente em novo, compulsório e automático empréstimo) não conta com as simpatias dos banqueiros nem do ultraliberal governo Reagan. Tentar vender a idéia da multi-

capitalização é, no entender daqueles setores, começar a tentar transformar a renegociação da dívida de "técnica" em "política". E isso o presidente eleito em princípio afastou. A menos que ocorra uma emergência.

Os setores bem informados e bem posicionados acham que a proposta de Lemgruber teria o endosso completo do presidente eleito Tancredo Neves se a questão fosse posta antes dele ser empossado. A partir do dia 15 o cenário muda sua configuração. O Governo terá que assumir a postura de quem deve e tem os seus débitos comprimidos por suas dificuldades de pagamento externos e pelas suas dificuldades político-econômicas e sociais internas.

Um fator adicional que dificultaria a execução da proposta é a forma pela qual estão definidas as faixas de "capitalização" dos juros. Essas faixas

são muito altas porque contemplam-se apenas uma variação a partir de 10%. Isso significaria que o Brasil continuaria amarrando sua capacidade de investimento interno (e, portanto, de retomada de algum crescimento) ao desempenho de sua balança comercial — com superávits cada vez mais altos em termos e limites também elevados de exportações e importações. Alguma coisa que imitasse em grandeza absoluta e percentual o desempenho da balança do ano passado. O que, no entender dos observadores, está difícil este ano. E muito mais difícil, então, daqui pra frente. A menos, é claro, que a economia internacional não sofra qualquer processo de recessão e/ou estagnação. Nesse caso, consideram aqueles setores, a questão das taxas de juros se tornará uma "questão menor". (end).